**Modelo com Orientações para Elaboração do Termo de Uso e Política de Privacidade**

Programa de Privacidade e
Segurança da Informação
(PPSI)

**Versão 2.1**

**Brasília, outubro de 2024**

**Orientações para a utilização do Modelo de elaboração do Termo de Uso e Política de Privacidade**

A Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos propõe o presente modelo simplificado para confeccionar o Termo de Uso e a Política de Privacidade. A finalidade é ajudar os órgãos do SISP na manutenção de registros dos serviços por eles prestados.

Este documento visa identificar as seções que compõem os dois documentos referidos e tem como objetivo auxiliar a adequação do órgão ou da entidade federal interessada aos requisitos estabelecidos na lei. Ressalta-se que este modelo deve ser adaptado e preenchido de acordo com o serviço prestado pela instituição e com sua atividade de tratamento de dados pessoais.

Note-se que a Secretaria de Governo Digital não é responsável pela correção e pela fidedignidade no preenchimento do documento em cada órgão ou entidade federal. Cada serviço possui características específicas que não podem ser abordadas completamente por um modelo único. O texto final de cada órgão ou entidade pode precisar de ajustes para conter informações mais precisas a respeito do serviço e de detalhes que não foram tratados pelo modelo, que fornece uma minuta mais genérica.

Portanto, o Termo de Uso e a Política de Privacidade gerados a partir da ferramenta não dispensam a análise por parte do órgão ou da entidade interessada, inclusive a dos seus respectivos Encarregados pelo Tratamento dos Dados Pessoais no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, disciplinados pela Instrução Normativa SGD nº 117, de 19 de novembro de 2020. Nesse sentido, recomenda-se que eventuais dúvidas técnicas ou jurídicas sejam sanadas pelas autoridades competentes do órgão ou da entidade, no momento do preenchimento do modelo.

Mais informações sobre cada tópico proposto neste modelo podem ser consultadas no [Guia de Elaboração do Termo de Uso e Política de Privacidade](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_termo_uso_politica_privacidade.pdf).

|  |
| --- |
| **PONTO DE ATENÇÃO** |
| A maioria das seções do presente documento possui um texto exemplificativo para auxiliar os respondentes na confecção do Termo de Uso e Política de Privacidade. Porém, tais exemplos não constituem textos obrigatórios ou definitivos. Dessa forma, o responsável pela confecção do Termo de Uso e da Política de privacidade pode editar, substituir ou excluir os textos de exemplo.Dentro dos textos exemplificativos, existem trechos na cor vermelha utilizados para explicar ou com alguma observação a respeito da seção e também, outros, grifados com realce amarelo [exemplo] utilizados para indicar a necessidade de edição de um campo para preenchimento, conforme necessidade. Quando estiver concluído o preenchimento deste modelo, exclua todos os textos explicativos (em vermelho) e converta todo o texto restante em preto antes do processo de aprovação. |

# TERMO DE USO

# Aceitação do Termo de Uso

O presente Termo de Uso se refere a um contrato de adesão firmado entre o usuário e o fornecedor deste serviço, o(a) Nome da Instituição, localizado(a) em Endereço da Instituição.

O uso deste serviço está condicionado à aceitação / ciência dos termos e das políticas associadas. O usuário deverá ler tais termos e políticas, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao utilizar o serviço, o usuário manifesta estar ciente / de acordo com relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

Observações:

* Sobre a escolha da utilização dos termos Aceitação ou Ciência consulte a seção 1.1- Aceitação, Concordância ou Ciência do Termo de Uso do Guia de Elaboração de Termo de Uso e Política de Privacidade para serviços públicos.

# Definições do Termo de Uso

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

|  |  |
| --- | --- |
| Agente público:  | Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta. |
| Agentes de Estado:  | Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos. |
| Códigos maliciosos:  | São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores. |
| Sítios e aplicativos:  | Sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados. |
| Terceiro:  | Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico. |
| Internet:  | Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes. |
| Usuários:  | (ou "Usuário", quando individualmente considerado): Todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço (citar o serviço). |

Observações:

* Outros termos podem ser inseridos neste campo, conforme a necessidade do serviço.
* Definições sobre termos técnicos podem ser consultadas no [Glossário do GSI](https://www.gov.br/gsi/pt-br/ssic/glossario-de-seguranca-da-informacao-1).

# Arcabouço Legal

O arcabouço legal aplicável ao serviço citar o Nome do Serviço compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

|  |  |
| --- | --- |
| Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet | Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. |
| Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação | Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. |
| Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 | Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. |
| Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 | Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. |
| Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 | Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). |
| Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 | Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. |
| Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 | Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição. |
| Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 | Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. |
| Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019 | Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. |
| Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR) | Disciplinam a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. |
| Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 | Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional. |
| Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 | Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. |

Observação: Outras leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e demais normativos podem ser inseridos nesta seção, conforme a necessidade do serviço. A relação depende dos normativos específicos aplicáveis ao órgão ou entidade e aos serviços prestados.

# Descrição do Serviço

* Inserir o Nome do Serviço.
* Inserir o(a) Nome da Instituição responsável pelo serviço.
* Inserir neste campo, de forma explicativa, a descrição do serviço.
* Trazer tópicos relacionados ao seu objetivo, função, finalidade e outras informações importantes para esclarecer do que trata o serviço prestado.

# Direitos do Usuário do Serviço

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

1. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
2. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
3. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
4. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
5. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
6. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
	1. horário de funcionamento das unidades administrativas;
	2. serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
	3. acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
	4. situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
	5. valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

Outros direitos provenientes de outros normativos devem ser inseridos nesta seção, de acordo com a característica do serviço.

# Responsabilidades do Usuário

Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço Inserir o Nome do Serviço.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

O(a) Nome da Instituição não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

1. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
2. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
3. Proteção do computador;
4. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
5. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
6. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
7. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
8. Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

# Responsabilidade da Administração Pública

Quais são as responsabilidades da Administração Pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

# Política de Privacidade

A Política de Privacidade estabelecida pelo(a) inserir Nome da Instituição e utilizada pelo inserir Nome do Serviço trata da utilização de dados pessoais.

Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Para mais informações acesse nossa política de privacidade em inserir o nome da seção ou o link da política de privacidade.

# Mudanças no Termo de Uso

Este Termo de Uso pode ser alterado?

A presente versão (inserir o número da atual versão) deste Termo de Uso foi atualizada pela última vez em: inserir data.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço inserir Nome do Serviço, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização do Termos de Uso e da Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

# Informações para Contato

Em caso de dúvidas relacionadas ao inserir Nome do Serviço, entre em contato através dos nossos canais de atendimento:

Inserir o canal de comunicação (e-mail, telefone, FalaBr)

# Foro

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela comarca/seção judiciária de inserir Município/Estado/Órgão Judiciário.

Sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

# POLÍTICA DE PRIVACIDADE

# Definições

Para melhor compreensão deste documento, nesta Política de Privacidade, consideram-se:

|  |  |
| --- | --- |
| Agentes de tratamento: | O controlador e o operador.  |
| Anonimização: | Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.  |
| Autoridade Nacional: | Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.  |
| Banco de Dados: | Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.  |
| Consentimento: | Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.  |
| Controlador: | Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.  |
| Dado Anonimizado: | Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.  |
| Dado Pessoal: | Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.  |
| Dado Pessoal Sensível: | Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.  |
| Encarregado: | Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).  |
| Operador: | Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.  |
| Órgão de Pesquisa: | Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.  |
| Titular: | Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.  |
| Transferência Internacional de Dados: | Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.  |
| Tratamento: | Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.  |
| Uso Compartilhado de Dados: | Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados. |

 Observação:

* Outros termos podem ser inseridos neste tópico, conforme a necessidade do serviço.
* Definições sobre termos técnicos podem ser consultadas no [Glossário do GSI](https://www.gov.br/gsi/pt-br/ssic/glossario-de-seguranca-da-informacao-1).

# Base Legal para Tratamento de Dados Pessoais

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

O site se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a respeitar os princípios dispostos no Art. 6º de tal norma:

1. **Finalidade**: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
2. **Adequação**: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
3. **Necessidade**: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
4. **Livre acesso**: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
5. **Qualidade dos dados**: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
6. **Transparência**: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
7. **Segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
8. **Prevenção**: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
9. **Não discriminação**: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
10. **Responsabilização e prestação de contas**: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

# Controlador

A quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizado no serviço inserir Nome do Serviço (Controlador)?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como controlador, em seu Art. 5º, inciso VI, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Para o serviço inserir Nome do Serviço, as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do inserir o Nome do Controlador.

Endereço: inserir o endereço do Controlador.

E-mail: inserir um e-mail para contato com o Controlador.

Telefone: inserir um telefone para contato com o Controlador.

# Operador

Quem realiza o tratamento de dados (Operador)?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como operador, em seu Art. 5º, inciso VII, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Para o serviço inserir Nome do Serviço, quem realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador é o operador:

* Nome: inserir o nome do Operador.
* Endereço: inserir o endereço do Operador.
* E-mail: inserir um e-mail para contato com o Operador.
* Telefone: inserir um telefone para contato com o Operador.

Observação: Caso exista mais de um operador para o serviço, o(s) operador(es) adicional(is) também deve(m) ser informado(s) nesta seção.

# Encarregado

Quem é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (Encarregado)?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como encarregado, em seu Art. 5º, inciso VIII, a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para o serviço inserir Nome do Serviço, o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados é o(a) encarregado(a) inserir Nome do Encarregado.

O usuário poderá entrar em contato por meio do e-mail inserir e-mail do Encarregado, para sanar quaisquer dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou para obter mais informações sobre o tratamento dos dados realizado com fundamento na LGPD.

Observação:

* Caso existam outros canais de comunicação com o Encarregado, eles devem ser inseridos neste tópico, assim como o horário disponível para o atendimento, quando houver.

# Direitos do Titular de Dados Pessoais

Quais são os direitos do titular de dados pessoais?

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

* Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
* Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
* Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
* Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
* Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, inciso V): é o direito do titular de dados de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
* Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

# Quais Dados são Tratados

A utilização de determinadas funcionalidades do Serviço pelo titular de dados pessoais dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

Inserir lista dos dados pessoais tratados de acordo com o serviço

Exemplos de dados pessoais:

* Nome completo;
* Nome social;
* Data de nascimento;
* Sexo;
* Filiação;
* Nacionalidade;
* Naturalidade;
* Número de inscrição no CPF;
* Situação cadastral no CPF;
* Estado civil;
* Endereço de e-mail;
* Endereço;
* Número de telefone;
* RG;
* Dados do dispositivo (modelo de hardware, sistema operacional);
* Localização do usuário;
* Registro de acesso;
* Foto do usuário.

# Como os Dados são Coletados

A forma como os seus dados pessoais são coletados é indicada abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **DADOS TRATADOS** | **FORMA DE COLETA DOS DADOS** |
| Nome completo | Obtido de terceiros |
| Nome social | Informado pelo usuário (opcional) |
| Data de nascimento | Informado pelo usuário |
| Sexo | Informado pelo usuário  |
| Filiação | Informado pelo usuário  |
| Nacionalidade | Informado pelo usuário |
| Naturalidade | Informado pelo usuário |
| Número de inscrição no CPF | Informado pelo usuário |
| Situação cadastral no CPF | Obtido de terceiros |
| Estado civil | Informado pelo usuário |
| Endereço de e-mail | Informado pelo usuário  |
| Endereço | Informado pelo usuário  |
| Número de telefone | Coletado pelo aplicativo (caso seja autorizado) ou informado pelo usuário |
| RG | Informado pelo usuário  |
| Dados do dispositivo (modelo de hardware, sistema operacional) | Obtido ao utilizar o serviço após a aceite desta Política de Privacidade |
| Localização do usuário | Obtido ao utilizar o serviço após a aceite desta Política de Privacidade e caso o usuário permita |
| Registro de acesso | Obtido ao utilizar o serviço  |
| Foto do usuário | Informado pelo usuário (opcional) |

Observação: Deve ser informada a forma de coleta de cada dado pessoal tratado pelo sistema. Exemplos de como os dados podem ser coletados:

* Obtido de terceiros (exemplo: Login Único, Google etc.);
* Informado pelo usuário;
* Obtido ao utilizar o serviço;
* Câmera do dispositivo;
* Cookies;
* Localização do dispositivo;
* Microfone do dispositivo;
* Obtido pelo dispositivo de acesso, após autorização do usuário.

# Qual o Tratamento Realizado e para Qual Finalidade

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DADO** | **TRATAMENTO** | **FINALIDADE** |
| Nome completo | Acesso / Armazenamento | Identificação do usuário |
| Nome social | Acesso / Armazenamento | Identificação do usuário |
| Data de nascimento | Acesso / Armazenamento | Identificação do usuário |
| Sexo | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Filiação | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Nacionalidade | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Naturalidade | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Número de inscrição no CPF | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Situação cadastral no CPF | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Estado civil | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Endereço de e-mail | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Endereço | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Número de telefone | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| RG | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Dados do dispositivo (modelo de hardware, sistema operacional) | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Localização do usuário | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Registro de acesso | Inserir tratamento | Inserir finalidade |
| Foto do usuário | Inserir tratamento | Inserir finalidade |

Observação: Deve ser informada a finalidade para a coleta de cada dado pessoal e para qual tratamento é realizado sua coleta.

Exemplos de finalidade e tratamento de dados:

FINALIDADE

* O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço;
* O dado é necessário para manter o usuário logado;
* O dado é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário.

TRATAMENTO

* ACESSO - ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;
* ARMAZENAMENTO - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
* ARQUIVAMENTO - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
* AVALIAÇÃO - analisar o dado com o objetivo de produzir informação;
* CLASSIFICAÇÃO - maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
* COLETA - recolhimento de dados com finalidade específica;
* COMUNICAÇÃO - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
* CONTROLE - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
* DIFUSÃO - ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;
* DISTRIBUIÇÃO - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
* ELIMINAÇÃO - ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;
* EXTRAÇÃO - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
* MODIFICAÇÃO - ato ou efeito de alteração do dado;
* PROCESSAMENTO - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
* PRODUÇÃO - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
* RECEPÇÃO - ato de receber os dados ao final da transmissão;
* REPRODUÇÃO - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
* TRANSFERÊNCIA - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;
* TRANSMISSÃO - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;
* UTILIZAÇÃO - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

# Compartilhamento de Dados

Texto exemplo para a hipótese de haver compartilhamento

Os dados pessoais do usuário citar os dados pessoais compartilhados poderão ser compartilhados com as seguintes pessoas ou empresas citar com quem o compartilhamento é realizado.

Texto exemplo para a hipótese de não haver compartilhamento

Os dados pessoais do usuário não são compartilhados com terceiros em nenhuma hipótese.

# Transferência Internacional de Dados

O serviço inserir o Nome do Serviço realiza transferência de dados internacionalmente. Os detalhes sobre essa transferência são exibidos abaixo:

* País: inserir o Nome do País com o qual os dados são compartilhados
* Organização: inserir o(a) Nome da Instituição com a qual os dados pessoais são compartilhados
* Garantia para a transferência: Código de conduta regularmente emitido
* Dados transferidos: inserir a lista de quais dados pessoais são compartilhados

# Segurança dos Dados

O serviço inserir o Nome do Serviço se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

O serviço utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

No entanto, o serviço se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O serviço inserir o Nome do Serviço se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Por fim, o serviço se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

# Cookies

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.

Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do usuário para que o servidor do serviço possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site.

É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente.

As informações eventualmente armazenadas em cookies também são consideradas dados pessoais. Todas as regras previstas nesta Política de Privacidade também são aplicáveis aos referidos cookies.

 O serviço inserir o Nome do Serviço utiliza os seguintes cookies:

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome do Cookie** | **Finalidade da utilização** |
| Lgpd\_cookie\_status (exemplo) | Registrar o aceite do banner de cookies da página inicial |
| I18N\_LANGUAGE (exemplo) | Registrar o idioma em que o site deve ser exibido |
| Browserupdateorg (exemplo) | Notificar o usuário quando ele usa um navegador antigo ou incompatível |

# Tratamento Posterior dos Dados para Outras Finalidades

Informações sobre inserir dados pessoais utilizados para dados posteriores, dentre outros, podem ser utilizados para melhoria contínua dos serviços e aprimoramento da experiência do usuário no âmbito do inserir o Nome do Serviço.

Caso o titular de dados pessoais inserir o Nome do Serviço opte por excluir os seus dados, eles serão anonimizados. Os dados anonimizados poderão ser utilizados futuramente para geração de estatísticas, de forma a melhorar os procedimentos do serviço inserir o Nome do Serviço. Também podem ser utilizados para fins de pesquisa por órgãos especializados no assunto. Podem, igualmente, ser utilizados de maneira agregada para divulgação de informações através de meios de comunicação, e em publicações científicas e educacionais

# Mudanças na Política de Privacidade

A presente versão (inserir o número da versão) desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: inserir data da publicação.

O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento o site as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço inserir o Nome do Serviço, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção.